



SEMANA DA PÁTRIA

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: historiografia e memória

Alocução alusiva à Semana da Pátria proferida pelo Professor Dr. Paulo André Leira Parente*

A Independência do Brasil representa um marco no processo histórico brasileiro. Em suas diversas perspectivas de estudo observamos uma complexidade de relações que podem ser interpretadas a partir dos estudos históricos em suas várias modalidades: social, política, cultural ou econômica. Mas também se apresenta como um evento relevante para os estudos jurídicos e das instituições brasileiras, destacadamente a partir da transferência da Corte Régia de Portugal para o Brasil e ao longo do período joanino e imediatamente após a Independência.

Para a história militar, as bases de formação do território nacional foram lançadas pelo Marquês de Pombal, inclusive com a extensão da soberania da Monarquia Portuguesa para o imenso e ainda não demarcado Grão Pará, cujo domínio contém um dos sistemas vitais do Brasil contemporâneo: a Amazônia. Sob o ponto de vista da integração territorial, a obra de construção e manutenção da unidade territorial brasileira não teria sido possível sem a extensão do poder naval. Anteriormente o poder marítimo português foi capaz de garantir o comércio, a exploração

econômica e parte do povoamento da terra, principalmente em algumas áreas costeiras. Entretanto, o movimento de legitimação demográfica sobre as vastidões do interior foi possível a partir da atuação sistemática de um eixo paulista e do imprescindível poder naval.



A integridade territorial brasileira não foi um fenômeno resultante da tecnologia, mas sim do trabalhoso engenho cultural que formou a nação e a identidade brasileira. Desta forma, a Independência do Brasil pode ser apontada como um evento no tempo axial e histórico da nacionalidade brasileira a partir do qual tantos outros contextos se relacionam entre si. Seja por conflitos, convergências ou dinâmicas culturais formadoras da identidade brasileira abrangendo o contexto de transformações em princípios do século XIX.

Para compreender alguns aspectos fundamentais desta problemática histórica identificamos a historiografia como um campo privilegiado que permite transitar com método entre o oferecimento de perguntas e o recebimento de algumas poucas respostas parciais e de validade talvez curta no tempo. Entretanto, estas poucas respostas podem agregar uma compreensão relevante diante da rapidez observada nas mudanças do conhecimento histórico nos dias atuais.

Iniciamos com um pouco de teoria e método aplicados aos estudos históricos como forma de balizar a dificuldade de estudo. A seguir, destacamos na historiografia pertinente ao tema da Independência do Brasil aquela comprometida com o pensamento brasileiro cujos resultados alcançados ainda acrescentam luz ao problema: a historiografia da matriz fundadora em Varnhagen; duas apreciações sutis, mas distintas, oferecidas por Luís Norton e Celso Furtado e uma percepção densa em Nilton Freixinho. A síntese estará representada na identificação do papel da Marinha do Brasil em sua atuação e na formação de uma memória coletiva, mas também memória histórica, a partir de um evento particular e relevante entrelaçado com o movimento de Independência do Brasil. Por fim, uma breve indicação da percepção atual desta questão.

O platô da observação historiográfica: uma sinalização entre a teoria e o método

A construção do conhecimento histórico envolve relações complexas que posicionam de um lado, o historiador e de outro, o passado. Entre ambos todo um conjunto de procedimentos técnicos, levantamentos bibliográficos, métodos de pesquisa e teorias para a compreensão da realidade social e do tempo cultural envolvem a recomposição do passado conforme os ditames da ciência da História. Entretanto, a reconstrução da realidade social, do passado e das culturas históricas também envolvem uma gama de contradições,

ambiguidades, lacunas, crenças religiosas, interesses políticos e motivações ideológicas, dentre tantos outros fatores que condicionam a observação do outro e de si próprio no tempo cultural por parte do historiador.

Assim, a História poderá ser definida com uma “ciência”, tendo em vista a utilização de um conjunto complexo de procedimentos teóricos e metodológicos definidos em sua grande parte no âmbito das teorias e das metodologias da ciência.

Em que pese ter sido classificada como um ramo da literatura, especialmente vinculada ao gênero épico, a História ainda assim mantém características próprias que a distinguem sutilmente da literatura, do romance histórico, do drama épico, da crônica, das descrições, da memorialística ou de narrativas de cunho biográfico e autobiográfico. Tais características compõem um acervo precioso o qual o historiador não pode dispensar sob risco de invalidar a própria dimensão de reconstrução metódica do passado.

As correntes historiográficas atribuem valores diferentes ao passado. No movimento de resgate e reconstrução do passado através da historiografia (que privilegiamos aqui), a relação entre os eventos e as qualidades que expressam tornam-se componentes decisivos para a construção do fato histórico e de sua exposição escrita. Conhecer o processo de construção da síntese histórica nas premissas fundamentais utilizadas pelos historiadores auxilia na compreensão do passado.

A reconstrução histórica do passado fundamenta-se em dois eixos relacionados entre si: o fato histórico e o documento. O fato histórico é o objeto intelectual da pesquisa histórica. É uma construção social que demanda a sua inserção em uma rede relacional e coletiva emoldurada por estruturas sociais e culturais. O fato histórico é percebido em sua ressonância na construção social da realidade no presente. Nem todo acontecimento ou evento alcança as características do fato histórico, em que pese sua importância para um grupo profissional, social ou cultural. O fato histórico adquire densidade conforme apresenta a capacidade de interação com outros fatos formando, enfim, uma complexa rede de eventos relacionais que favorecem e ampliam a compreensão social de como se construiu o presente.

O documento, por sua vez, é o objeto material da pesquisa histórica. Documento é um conceito externo aos historiadores que adquiriu significado polissêmico e encontra-se em constante mutação na



ciência histórica. As correntes historiográficas identificaram e valorizaram de forma variada, muitas vezes complementar, a sua própria definição de documento. Trata-se de um conceito que, renovado na historiografia atual, pretende identificar os vestígios do passado que sobreviveram ao tempo, materiais ou imateriais, em maior ou menor número, sem os quais os historiadores não terão acesso ao conjunto de informações decisivas em sua análise para a reconstrução do passado.

A dinâmica entre estes dois eixos, ou seja, o fato histórico reconstruído e os vestígios do passado, permite ao historiador atuar na recomposição do passado de forma analítica, hermenêutica, comparada ou crítica. Portanto, distanciando-se dos limites estreitos da opinião e das certezas ilimitadas de sua subjetividade. Dar publicidade às suas conclusões e oferecê-las ao debate intelectual permite ao historiador avançar no caminho da construção do conhecimento social sobre o passado.

A Independência do Brasil expressou um conjunto de eventos que a caracterizam como um fato histórico de profunda relevância para a formação da brasilidade. Relaciona-se diretamente ao período das guerras napoleônicas que transformaram radicalmente as estruturas de poder e as sociedades europeias. Além daquelas diretamente participantes neste processo, dentre as quais destacamos as grandes áreas culturais nas terras americanas, como o México, a Argentina e o Brasil, este em particular nosso objeto. Nas Américas, as diversas áreas culturais vivenciaram com intensidade diferente o conjunto de transformações originárias nas guerras napoleônicas variando conforme sua visão de mundo entre a indiferença de alguns grupos sociais e culturais, aos interesses econômicos mais intensos de outros grupos, a uma vivência mais ampla destas transformações, de tal forma que se tornaram constitutivas da nação, de sua organização administrativa e política. A Guerra Peninsular influenciou um contexto muito mais amplo que transbordou de seus limites políticos, socioeconômicos e ideológicos peninsulares que, inclusive, afetou diretamente o Brasil.

A luz Intensa do farol: a matriz historiográfica fundadora em Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)

Varnhagen é identificado como o artífice do paradigma historiográfico para se escrever a história do Brasil conforme suas diretrizes

consideradas modernas na passagem do historicismo romântico para o historicismo científico: erudição, dimensão épica, uso variado e metódico de fontes e patriotismo nacional. Autor de uma extensa obra que contempla trabalhos entre a crítica histórica e a literária, Varnhagen influenciou a historiografia brasileira de maneira determinante a partir da monumental *História Geral do Brasil* (1854-1857), em cinco tomos, e de sua *História da Independência do Brasil* (publicada em 1916). Esta uma atualização ou prolongamento da primeira e obra póstuma que foi conhecida em versão revisada pelo Barão do Rio Branco valorizando a atuação diplomática de Varnhagen.

A obra *História Geral do Brasil* indicaria exaustiva e metodicamente o extenso percurso da trajetória da nação, e, por sua vez, a *História da Independência do Brasil* provaria sua maturidade ao destacar seu ponto de inflexão na história: a independência como elo entre o passado formativo português e o presente nacional brasileiro. Na obra de Varnhagen, os atores sociais privilegiados são aqueles que promovem a dinâmica social: os componentes das etnias e suas miscigenações, as instituições sociais e políticas e os personagens históricos. Todos entendidos como entidades coletivas cujo protagonismo resta mitigado por outros personagens no contexto da dinâmica social. A Monarquia Portuguesa prolongada na América pelo Império do Brasil torna-se a expressão do povo, do território, do estado e da nação brasileira.

A Independência do Brasil encontra-se ao final da narrativa da *História Geral do Brasil* e em seu prolongamento na *História da Independência do Brasil*. Farta em documentos acrescidos de consultas em periódicos de época, hoje desaparecidos, correspondências oficiais de agentes diplomáticos, algumas com a descrição de conferências diplomáticas particulares ocorridas com D. Pedro I e, também, utilizando informações verbais sistematizadas em contatos com vários expoentes da Independência aos quais Varnhagen teve acesso desde 1840, a *História da Independência do Brasil* estabeleceu o ritmo do processo histórico narrado no ponto de inflexão da história pátria.

A obra descreve os acontecimentos entre 1820 e 1825, encerrando com o Tratado do Reconhecimento da Independência, de 29 de agosto. Varnhagen organizou um relato preciso e detalhado dos acontecimentos sob a Regência de D. Pedro I. De forma detalhada destacou,



em sua narrativa, a jornada de D. Pedro I a São Paulo que culminou no 7 de setembro, data fundadora da liberdade nacional na memória social. Na década republicana de 1920, observamos uma difusa nostalgia imperial que favoreceu o traslado dos restos mortais do imperador D. Pedro II e o resgate histórico da memória de vários personagens do período monárquico dentre os quais destacamos o Duque de Caxias e os Almirantes Barroso e Tamandaré.

Duas sinalizações sutis entre a diplomacia e a economia: Luís Norton de Matos (1903-1968) e Celso Furtado (1920-2004)

O diplomata português Luís Norton de Matos publicou em 1938 a obra intitulada *A Corte de Portugal no Brasil*. Sua contribuição é singular pois identificou uma dimensão positiva nas ações de D. João VI, pouco comum na historiografia portuguesa, e na ação de transferência da Corte portuguesa para o Brasil, tema também controverso nos estudos luso-brasileiros.

Em sua obra, o autor analisou o processo de Independência destacando as transformações mais amplas decorrentes da estadia da Corte de Portugal no Brasil, suas implicações diplomáticas e seus desdobramentos até a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A obra conta com sólida base documental e Norton expressou, com sucesso, dois aspectos relevantes no estudo da Independência do Brasil para a historiografia atual dedicada ao tema. Primeiro, a perspectiva de sucesso decorrente da transferência voluntária da Corte portuguesa para o Brasil no contexto da Guerra Peninsular. Sob o ponto de vista das relações diplomáticas exercidas ainda soberanamente por Portugal, a decisão do Conselho de Estado (reunido às pressas em 24 de novembro de 1807 já com as tropas francesas em seu território) salvou a monarquia portuguesa e todas as suas colônias ultramarinas, evitando o destino prisional e o desterro imposto à monarquia espanhola. Também negou a Napoleão a vitória total sobre o pequeno Portugal e os ingleses que amparavam militarmente o reino. O Rei, a Monarquia e o Reino, agora com nova capital, colocavam-se fora do alcance dos exércitos de Napoleão. A decisão tornava menor as conquistas e vitórias francesas na Guerra Peninsular. E mais, ao sabor do tempo próximo, ainda produziu uma reação de revanche com a conquista de Caiena, em 1809.

Em sua obra, Norton demonstrou que a ideia de

transferência da Corte portuguesa da Europa para o Brasil havia sido expressada diversas vezes, desde o século XVI. Esboços de planos para a empreitada foram propostos e atualizados algumas vezes muito antes do feito de D. João VI.

O segundo aspecto, também muito relevante sob o ponto de vista da historiografia em sua obra, é o destaque alcançado por D. Leopoldina no processo da independência como intérprete intransigente da autonomia brasileira. A presença feminina com certo ineditismo vinculou-se diretamente ao fato fundador da liberdade nacional.

Para Celso Furtado, em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959, a história do Brasil estaria dividida em grandes unidades temporais condicionadas por suas atividades econômicas estruturais identificando em ciclos econômicos que condicionaram a vida social e as instituições políticas. A Independência



do Brasil estaria relacionada a um passivo econômico colonial caracterizado por gerar crises financeiras e, conseqüentemente, instabilidade política.

A ocupação militar do Reino de Portugal por tropas francesas em decorrência da Guerra Peninsular fez desaparecer o entreposto comercial e de poder representado por Lisboa para as colônias portuguesas. A aliança com a Inglaterra, aliás de passado longínquo na dinastia de Avis, transcendia os interesses comerciais conjunturais do Reino, em que pese sua relevância na política diplomática para com a Inglaterra.

Desta forma, a ocupação militar francesa do Reino de Portugal produziu a reação da Abertura dos Portos, o Tratado de 1810 e outras ações cujos antecedentes se relacionam diretamente com a Independência do Brasil. Para Celso Furtado, esta se processou sem maiores desgastes de recursos mas devendo a antiga colônia assumir a responsabilidade pelo passivo contraído por Portugal para sobreviver como potência colonial no contexto das transformações geradas pelas guerras napoleônicas.

Assim, para Furtado, caso a Independência tivesse resultado em uma luta prolongada, dificilmente teria sido preservada a unidade territorial pois nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais para impor a unidade territorial e política. O autor destaca que as raízes do subdesenvolvimento econômico brasileiro não estariam na aliança preferencial com a Inglaterra, conforme defendido por parte da historiografia nacional. Acusação, aliás, lançada pelo Visconde de Cairú. O desenvolvimento econômico brasileiro, ou sua deficiência, seriam decorrentes de outras causas históricas que não estariam diretamente relacionadas à ação econômica inglesa.

Um aviso da Geografia: Nilton Freixinho (1920)

Para Nilton Freixinho em sua obra *Brasil, Os Difíceis Caminhos da Integridade*, publicado em 1994, o período compreendido entre a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, e a Independência, em 1822, foi um curto e decisivo contexto da história nacional no qual a integridade territorial e a unidade do sistema político e institucional correu um elevado risco de desintegração de seu conjunto. Para além do processo histórico de independência, o arranjo realista que garantiu a unidade territorial tinha seu apoio no controle sutil de uma fronteira marítima que assegurava as rotas de navegação no Atlântico Sul amparada em fortificações

nos pontos críticos de abrigo e acesso ao interior mais ou menos presente entre o Rio da Prata e o Oiapoque.

O contorno do país-continente poderia ser intuído a partir da geografia militar, da distribuição da presença militar em suas áreas estratégicas e de suas fortificações militares de defesa da terra. A fragilidade encontrava-se na pouca densidade demográfica do espaço interior ocupado de forma nuclear.

Por sua vez, ao longo da faixa litorânea atlântica, da Bacia do Rio São Francisco, da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica, a navegação marítima e fluvial, muitas vezes intermitente e precária, constituía a ligação possível entre os núcleos populacionais dispersos nas grandes regiões. A obra mais delicada dos artifices da Independência foi organizar o novo estado independente e soberano em sua capacidade para jurisdicionar o espaço e a paisagem humana e cultural. Obra, aliás, não alcançada na América, em que pese o maior poderio da monarquia espanhola. A Constituição do Império posicionou D. Pedro I em uma condição mais elevada, afastando o temor de tornar-se um Capitão Geral das províncias mais ao sul do território e perder definitivamente a integridade territorial com o desligamento da Bahia, da Bacia do São Francisco e da Bacia do Amazonas. Assim, o arranjo promovido pela Constituição de 1824 foi eficiente sob o ponto de vista da integridade territorial e política. Aliás, a própria Constituição de 1824 permanece ainda como a mais longeva da história constitucional brasileira.

A presença naval entre a História e a memória: a Marinha Imperial

A chegada da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, correspondeu a uma realidade de carestia de recursos para a infraestrutura e apoio marítimo. Poucos navios, ausência de docas, diques, depósitos, provisões de madeira e carpinteiros, dentre outras tantas constatadas com a presença da Esquadra Real Portuguesa e suas necessidades de manutenção. No período joanino, parte da carência foi revertida pois a transferência da Família Real correspondeu a vinda para o Brasil de grande parte da Esquadra portuguesa, ao contrário das forças de terra que permaneceram na defesa do Reino.

A transferência da Corte em conjunto com a Esquadra foi acompanhada por seu aparato bélico, por sua estrutura administrativa e pela valorização imediata do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, à época Arsenal de Marinha da Corte, além da Companhia e Academia

Real dos Guardas-Marinha e da instalação, no Brasil, da Brigada Real de Marinha.

Assim, o elemento caracterizado pelo poder naval foi preponderante na afirmação do sucesso da empreitada de transferência da Monarquia portuguesa e agregou-se em definitivo às origens do Brasil independente. No período joanino, o poder naval atuou em dois conflitos de destaque: a Tomada de Caiena e a Incorporação da Cisplatina. Por sua vez, os Regimentos do exército português Moura, Extremóz e Bragança que garantiam a defesa da terra seriam dispersados e descaracterizados após a Independência rompendo-se vínculos de fidelidade para com o Reino.

À Independência correspondeu a necessidade imediata de formação de uma marinha nacional. Após os conflitos surgidos com a reação de Lisboa e a resistência portuguesa bloqueada na guarnição de Salvador e retirada da cidade, em julho de 1823, formou-se a Marinha Imperial com o recolhimento habilidoso dos recursos disponíveis, dos bens materiais e imateriais navais oriundos da ascendência naval portuguesa e da participação de nativos pátrios brasileiros.

A Marinha Imperial formou-se em um singular contexto de dificuldades como uma obra coletiva entre a cultura portuguesa, as culturas locais e seus trabalhos náuticos.

É importante destacar também o forte laço de memória coletiva da identidade naval brasileira com o processo de Independência. Trata-se da ampla ressonância institucional do episódio histórico ocorrido em 1823 com a Fragata *Niterói*, comandada pelo Capitão inglês John Taylor. A *Niterói* participou da Guerra de Independência no bloqueio das forças portuguesas em Salvador e, designada para acompanhar o comboio português que se retirava para Lisboa, corajosamente lhe deu perseguição até a Foz do Rio Tejo. Embarcado na *Niterói*, o jovem Joaquim Marques Lisboa, futuramente Marquês de Tamandaré, com 15 anos, participou da efeméride naval. Instituiu, assim, um laço de memória identitária que o ligou perpetuamente às origens da Marinha Imperial e a toda a sua trajetória institucional que acompanhou com a carreira naval conexas de sua vida como homem do mar.

Tamandaré participou de diversas campanhas navais da Marinha Imperial e tornou seus atos de coragem efemérides da Marinha do Brasil. Inclusive, em seus últimos anos atuava em uma das vagas da Marinha do Brasil no Superior Tribunal Militar. Ao passar para a eternidade no Rio de Janeiro, em 1897, seu cortejo fúnebre saído de sua residência na Gávea foi acompanhado por uma

multidão de populares e autoridades que, em gesto inédito, o circundaram até o Cemitério São Francisco Xavier. Tamandaré tornou-se então um herói popular e atemporal forjando uma identidade com a instituição naval. Confirmava-se o episódio da Fragata *Niterói* no qual o gesto do passado já continha o futuro da instituição naval Marinha do Brasil.

Machado de Assis no conto *O Espelho*, escrito em 1882, descreveu uma situação singular conhecida pelo leitor a partir de uma roda de conversa mas acontecida muitos anos antes com um de seus componentes. O jovem Alferes Jacobina acabara de ser nomeado para a Guarda Nacional. Em virtude de um falecimento na família, foi necessária a sua presença em um sítio distante e solitário no qual ficou retido por diversos dias tendo em vista resolver a situação de óbito. Após uma fuga de escravos que levaram também todos os cães de segurança da propriedade afastada e erma, percebeu o Alferes Jacobina sua profunda solidão. Ansioso por ocupar sua função na Guarda Nacional, caiu em um estado de introspecção.

Dias se passaram sem notícias de outros parentes e sem a possibilidade de se afastar da propriedade. Sem maiores atividades, passou a vivenciar intensamente a farda de Alferes em sua mente. Após uma semana de introspecção, repentinamente olhou para um espelho



até então despercebido. No vidro, lhe apareceu sua alma exterior. Ente etéreo e militar que o despertou para uma dimensão da consciência até então sequer percebida por ele. O Alferes nunca mais foi o mesmo, pois em toda a sua longa vida militar era animado cotidianamente ao vestir a farda justamente por sua alma exterior que o conduziu ao longo da carreira. Mais do que qualquer outro Patrono, penso que Tamandaré representa esta alma exterior que passa a pertencer e preencher a todos os oficiais da Marinha do Brasil. ■

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e; SILVA, Léo Fonseca. Fatos da História Naval. RJ: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história. RJ: Editora da UFRJ e Editora da FGV, 1998.
- CAMINHA, João Carlos. História Marítima. RJ: Bibliex, 1980.
- DIEHL, Astor Antônio. A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1998.
- FREIXINHO, Nilton. Brasil: Os difíceis caminhos da integridade. RJ: Kosmos, 1994.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. SP: Editora Nacional, 1977. MACHADO DE ASSIS. Todos os Contos. Volume I. RJ: Nova Fronteira, 2019.

- MARINHA DO BRASIL. História Naval Brasileira. Segundo Volume, Tomo II. RJ: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.
- MARINHA DO BRASIL. REVISTA NAVIGATOR. Subsídios para a História Marítima do Brasil. Volume 3, Número 6. RJ: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.
- ABREU, Guilherme Mattos de, e BARBOSA JÚNIOR, Ilques (Organizadores). MARINHA DO BRASIL. Uma Síntese Histórica. RJ: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.
- NORTON, Luís. A Corte de Portugal no Brasil. SP: Editora Nacional, Brasileira Volume 124, 1979.
- REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC. RJ: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. As Razões da Independência. SP: Difel, 1986.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil e História da Independência do Brasil. V Tomos, 3 Volumes, BH: Editora Itatiaia e SP: Edusp, 1981.
- WEHLING, Arno. A Invenção da História. Estudos sobre o Historicismo. RJ: Editora da Universidade Gama Filho e Editora da UFF, 1994.
- Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. RJ: Nova Fronteira, 1999.

**Doutor em História Social pela UFRJ. Mestre em História Antiga e Medieval pela UFRJ. Professor do Departamento de História e Coordenador do curso de pós-graduação lato sensu de História Militar brasileira da UNIRIO. Membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e membro do Conselho Consultivo da Revista Navigator.*

